

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
27 de novembro de 2017 - Nº 597 - www.sindipetrocaxias.org.br



ATO EM DEFESA DO ACT DIA 30/11

Se retirar direitos, é greve



REDUC

Em resposta à solicitação da FUP, a Petrobrás confirmou nova reunião na segunda-feira, 27, às 15 horas, no Rio de Janeiro.

Na ocasião, a Federação apresentará à empresa o resultado das assembleias realizadas na última semana, onde os petroleiros reafirmaram que não há acordo com retirada de direitos.

Entre os indicativos aprovados pela categoria está a realização de uma greve por tempo indeterminado, com data de início a ser definida pela FUP, em caso de qualquer redução de direitos como descritos e consagrados pelo ACT 2015/2017. Também foi aprovado pelos petroleiros

que só há renovação do ACT se for para todo o sistema Petrobrás, incluindo FAFEN Araucária, com duração de dois anos e inclusão do Termo Aditivo com salvaguardas da contrarreforma. Nas bases do Sindipetro Caxias a pauta foi aprovada quase por unanimidade.

O Conselho Deliberativo da FUP também decidiu por realizar atos em todo país dia 30/11 contra a retirada de direitos, dia que encerra a prorrogação do Acordo Coletivo. A categoria precisa mostrar força, e dizer à empresa que não aceita proposta rebaixada. O ato acontecerá no Arco da REDUC, a partir das 7:30h.

Na ocasião, o assessor do DIEESE

TOTAL - PONTO 1		
SIM	NÃO	ABST
514	2	7

TOTAL - PONTO 2		
SIM	NÃO	ABST
508	6	9

e membro do GEEP (Grupo de Estudos Estratégicos do Petróleo), Cloviomar Cararini, fará uma exposição a respeito do balanço da Petrobrás e da geopolítica do petróleo.

Esse é um momento muito importante para toda a categoria. É preciso estarmos unidos, pois juntos somos mais fortes.



TECAM

UTE-GLB

Descaso gerencial

Em junho deste ano, o Sindipetro Caxias se reuniu com a gerência da UTE-GLB para tratar do desmoronamento das torres de refrigeração PAD-19, PAD-29 e PAD-39, que se encontram em estado crítico.

Em 02 de agosto de 2017, o auditor fiscal do MTE deu parecer favorável

à empresa e contrário à interdição requerida pelo Sindicato, mesmo com todos os riscos envolvidos:

“Após inspeção nos locais das torres de resfriamento e entrevista com o corpo técnico da UTE-GLB, foi exigido laudo estrutural das torres de resfriamento, tendo como conclusão

a inexistência de desmoronamento ou colapso da estrutura de madeira; porém, sendo vetado o acesso dos trabalhadores ao deck do topo das torres até que a substituição da estrutura seja concluída. Além disso, a empresa bloqueou e sinalizou o acesso físico às escadas. Caso seja necessário o acesso aos decks, este se dará com uso de plataforma elevatória operada por profissional treinado.” (posicionamento do MTE).

Apesar da gerência da UTE-GLB ter se comprometido com o Ministério do Trabalho e Emprego e com o Sindicato em iniciar as obras, até hoje nada foi feito e a estrutura de madeira que existe no local está aparentemente desmoronando.

O Sindipetro Caxias cobrará o MTE quanto ao cumprimento do calendário de obras, já que o início da obra estava previsto para junho deste ano.



Alimentação in natura dos trabalhadores

A direção do Sindipetro Caxias recebeu a informação de que os trabalhadores da UTE-GLB estão tendo problemas com as refeições que são servidas.

Ocorre que, com a saída da empresa que atuava no preparo das refeições desta base, os alimentos têm sido fornecidos pela Alimenta, mesma empresa que está hoje na REDUC. Tudo é pre-

parado na REDUC e transportado até a UTE-GLB, o que tem comprometido a qualidade dos alimentos.

Existem provas do estado precário dos itens das refeições que têm chegado aos trabalhadores. Diversas vezes são enviadas frutas podres e refeições em mau estado ou frias para consumo. Este fato têm levado os trabalhadores a desembolsarem recursos próprios para

encomendar refeições a fim de conseguirem ter uma refeição digna.

Nesse sentido, o Sindipetro Caxias requereu por meio de ofício enviado dia 23/11 uma reunião com o Gerente da UTE-GLB, a fim de buscar uma solução para o problema. A alimentação in natura é um direito dos trabalhadores e não aceitamos perda de direitos em nenhuma de nossas bases!

Petrobrás quer realizar treinamento à custa do trabalhador

O Sindicato recebeu denúncia de que os trabalhadores do regime administrativo, que são obrigados a fazer cursos de atualização na Universidade Petrobrás ou outro local determinado, não estão recebendo mais ajuda de custo.

Os trabalhadores que moram na cidade do Rio de Janeiro não têm direito a transporte, caso a distância de sua residência até a UP ou o local determinado seja menor de 40 km. Os trabalhadores que moram fora da cidade do Rio de Janeiro, mas que a distância até a UP ou o local determinado, seja menor que 40 km, também não recebem.

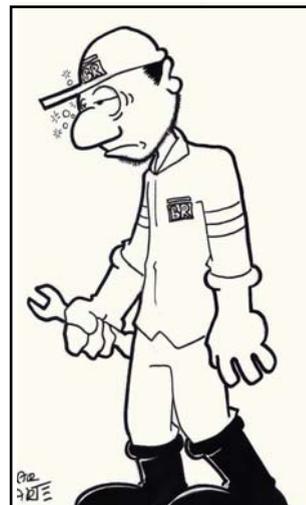
Diante desta situação, muitos trabalhadores não tem como pagar passagem para irem ao curso. Além do problema do transporte, a empresa não ajuda na alimentação. Os gerentes orientam o trabalhador a levar “marmitta” ou passarem fome caso não tenham como pagar a alimentação.

Sendo assim, a direção do Sindicato solicitou ao RH uma cópia deste procedimento que cortou o

transporte e a alimentação para cursos externos para analisar melhor a questão.

Solicitou ainda a suspensão do treinamento dos trabalhadores que não tiverem condições de custear o transporte e a alimentação sem nenhuma sanção ao empregado.

A proposta do Sindicato é que a Petrobrás faça os cursos no local de trabalho, na escola REDUC, e quando isso não for possível, volte a custear o transporte e alimentação.



ativo: enciada



ivo nas Refinarias
s acidentes que es
tão desenhando uma grande tragédia
A bomba relógio está armada e cada
vez mais próxima de explodir.

Na noite do dia 21/11, por volta das
23h, mais um incêndio aconteceu na
Refinaria de Duque de Caxias, no Rio
de Janeiro. Desta vez, na P-606 B, da
U-1260, que bombeia QAV (Quero
sene de Aviação).

Na ocasião houve vazamento do
produto, que pegou fogo. Somente
depois de uma hora e meia de ação
conjunta dos Técnicos de Operação

do DRT (Destilação, Reforma e Trata-
mento) com os Técnicos de Segurança
Industrial, o incêndio foi debelado. A
bomba ficou destruída, mas não houve
vítima e a unidade está parada.

Este é o segundo incêndio na RE-
DUC em menos de uma semana. No dia
17, devido a parada da U-1790, houve
descarte de líquido para o flare, e pegou
fogo ao cair e entrar em contato com o
mato seco do entorno.

Somente nesta refinaria do Sistema
Petrobrás, já são 42 acidentes e 51
vítimas este ano. Mas não são apenas
os petroleiros de Caxias que estão

sofrendo com a redução de efetivo
do estudo de O&M (Organização e
Método) da Petrobrás. A Refinaria de
Paulínia (REPLAN), em São Paulo,
teve falha operacional no sistema de
ar comprimido, no início do mês, que
causou a emissão de gases poluentes
na atmosfera, gerando uma multa de
1 milhão para a empresa.

O estudo de Organização de Men-
tiras, como é chamado pelos traba-
lhadores, não previu situações de
emergências ao reduzir o efetivo. Pelo
contrário, durante audiência sobre
efetivo realizada na 6ª Vara da Justiça
do Trabalho, em Caxias, no dia 27/06,
o advogado da Petrobrás afirmou que
a redução era para que menos traba-
lhadores morressem, dando a entender
que onde morreriam 4, agora morrem
apenas dois.

Em julho, mês em que foi imple-
mentado o estudo, a REDUC estava
operando apenas com 40% da sua
capacidade. A redução de efetivo e o
descaso com a segurança dos trabalha-
dores fazem parte do desinvestimento
do Sistema Petrobrás realizado pelo
governo do MiShell Temer, que está
sucateando as unidades para entregar
ao mercado internacional.

O Sindipetro Caxias enviou ofício
requerendo a participação no grupo
de trabalho que analisará mais esta
ocorrência.

Partida da U-3350: Sindicato é contra

A direção do Sindipetro Caxias
se reuniu com a Gerência Geral da
REDUC no dia 21/11 para tratar da
questão da partida da U-3350 (URE).

Nesta ocasião, o Sindicato solicitou
que a GV-001 (caldeira) da U-3350 não
seja colocada em operação sem que
haja um laudo externo de integridade
seja ele do fabricante do equipamento
ou de um auditor fiscal do Ministério
do Trabalho.

Além disso, foi solicitado o aumento

do número mínimo da unidade em mais
um operador em cada turno, a fim de
melhor acompanhar o processo com
este equipamento crítico.

Esta unidade passou por um grave
acidente no dia 25/10, quando voltava
de manutenção e estava em processo
de aquecimento com Gás Combustível,
seu refratário da câmara de combustão
da GV-001, que opera a 1000°C, des-
moronou e a chaparia do equipamento
sofreu estresse térmico.

A incidência da chama sobre a
chalaria derreteu o isolamento térmico,
fragilizando o corpo da caldeira que fi-
cou rubro e foi levada a fadiga. A chapa
chegou a ficar incandescente, e depois
de esfriada apresentou fragilidade.

Este acidente, mais uma vez, ocorreu
por falta de efetivo. Devido ao estudo
O&M - Organização e Mentiras rea-
lizado pela Petrobrás, a REDUC não
tem Técnicos de Operação suficientes
nas unidades.

Informe Jurídico

O Sindicato está entrando em contato via telefone e telegrama com os associados que possuem ações trabalhistas individuais para comparecerem nas audiências na data e hora programadas. Entretanto não tem obtido sucesso e isso pode acarretar em problemas. Quem possuir processo trabalhista individual com a assessoria do Sindicato deve ficar atento aos comunicados jurídicos, pois devido a Reforma Trabalhista o juiz está condenando em custas aqueles que faltarem à audiência. Mantenha seus dados sempre atualizados para evitar transtornos.



Final de Ano e o Recesso do Judiciário

O Departamento Jurídico do Sindipetro Caxias vai entrar em recesso. Os últimos plantões do ano vão acontecer nos dias 5 e 6 de dezembro e retornam na primeira semana de fevereiro de 2018. Até o dia 20 de Dezembro haverá expediente interno, com a distribuição de processos e protocolos dos prazos. Boas festas!

Lobby e Corrupção no rastro da Shell

Beneficiada pelo lobby britânico que resultou em uma série de vantagens fiscais e concessões feitas pelo governo Temer, a Shell já é velha conhecida na indústria de petróleo por modus operandi que passam ao largo da lei. A empresa anglo holandesa responde a acusações criminais na Suprema Corte da Nigéria por desvio de recursos públicos e pagamento de propinas durante a compra de um dos maiores campos de petróleo do país, vendido por US\$ 1,3 bilhão, dos quais apenas US\$ 210 milhões chegaram aos cofres do governo.

Junto com a petrolífera italiana Eni, a Shell é acusada de desviar US\$ 801 milhões para as contas de ex-ministros nigerianos, além de um empresário local, que teriam intermediado a venda e a licença de exploração do campo, com reservas estimadas em nove bilhões de barris de petróleo. O caso ocorreu em 2011, mas veio à tona no início de 2017, através de reportagem da rede de TV britânica BBC, que teve acesso a e-mails de representantes da Shell durante

o processo de negociação.

O fato gerou investigações nos Estados Unidos, França, Suíça, Holanda e na Itália, onde promotores pediram que executivos da Shell e da Eni sejam julgados por corrupção. Em janeiro, a Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros da Nigéria garantiu na Justiça a determinação para que o controle do bloco petrolífero fosse devolvido ao governo local.

Essa não é a primeira acusação de corrupção que a Shell responde no país africano. Em 2010, a empresa já havia sido multada em US\$ 30 milhões por subornos e lavagem de dinheiro envolvendo funcionários do governo e a Companhia Nigeriana de Gás Natural Liquefeito, em um esquema que teria movimentado US\$ 180 milhões.

O recente lobby que a Shell e o governo britânico articularam no Brasil para flexibilizar e desmontar as regras de exploração e

produção do Pré-Sal segue a mesma lógica predatória aplicada na Nigéria. Um escândalo que está na contramão dos esforços que o país vem fazendo para combater a corrupção. É de se estranhar, portanto, o silêncio da mídia e das autoridades locais com fatos que escancaram a subserviência do governo brasileiro aos interesses estrangeiros, em detrimento da soberania e do desenvolvimento nacional.

No dia 18 de outubro, durante os trabalhos da Comissão Mista Parlamentar que analisou a Medida Provisória 795 (feita sob encomenda por Temer para atender as demandas das multas), um representante da Shell teve acesso livre ao relator, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), passando-lhe informações ao pé do ouvido, num lobby explícito em plena sessão do Senado. Horas depois, o relatório foi aprovado, isentando de impostos as petrolíferas estrangeiras, que poderão importar livremente plataformas, navios, equipamentos, peças e demais produtos da cadeia do setor, sem qualquer taxa. Ou seja, os empregos e renda que o petróleo gerava no país através da política de conteúdo local agora beneficiarão as nações estrangeiras, desmobilizando completamente o setor naval e a indústria nacional.

É bom lembrar que no Brasil o lobby não é regulamentado, o que o torna uma porta aberta para a corrupção. Além de crime de lesa pátria, a interferência direta da Shell, BP e de tantas outras multinacionais em questões que são estratégicas para o nosso país é a confirmação de que o discurso inflamado de combate à corrupção só serviu para tentar justificar o golpe e deixar o caminho livre para a entrega da Petrobrás e do Pré-Sal. Fonte: FUP

